



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DO EDUCADOR E POSSIBILIDADES DE COMBATE AO PRECONCEITO DE GÊNERO NA ESCOLA

Área Temática: Universidade, Políticas Públicas e Desenvolvimento

Leonardo N. Alves ¹, Silvia S. Canoas ²

¹ Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuris - UFVJM, Campus do Mucuri, Teófilo Otoni MG
– leo.ssoufyjm@gmail.com

² Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuris - UFVJM, Campus do Mucuri, Teófilo Otoni MG
– silvia.canoas@ufvjm.edu.br

Resumo

Este artigo apresenta reflexões sobre o papel do educador buscando compreender de que maneira pode ocorrer o enfrentamento das questões de gênero no âmbito da escola. A partir das reflexões sobre a educação e situando o professor como um formador, busca referenciar que a escola deve ser um local onde haja democracia, tolerância e liberdade. Aponta-se a perspectiva dialógica, estudada por Paulo Freire, como instrumento de combate ao preconceito e a partir desta, busca-se refletir sobre a dimensão ideológica do ato de ensinar. Nesta relação, observa-se a perspectiva de que todos e todas somos mestres e aprendizes. Sendo assim, procura-se compreender a realidade em sua totalidade buscando entender como o preconceito de gênero se multiplica na escola, como este pode ser enfrentado e se manifesta na perspectiva de uma sociedade do futuro.

Palavras-chave: Educação; Formação docente; Gênero.

1 Introdução

O presente estudo pretende contribuir para formação continuada de professores da rede pública de Teófilo Otoni, mais especificamente, promover o enfrentamento do preconceito de gênero que vem se manifestando nas escolas atualmente, discutindo o papel do professor, analisando seus limites e possibilidades. Este artigo tem como base uma pesquisa desenvolvida pelos autores que está na fase de levantamento de dados.

Procura-se, com este trabalho, refletir sobre o processo de educação e formação continuada de professores, visando contribuir, especialmente, para o aspecto sócio-cultural da formação dos professores da rede pública de ensino.

Nessa perspectiva, à pesquisa teórico-prática busca alcançar três direções: a) a educação sendo considerada como um processo global de conhecimento e saber construído pelo homem, pela vida, pela humanidade; b) a educação do professor, neste contexto, como sendo aspecto central na formação desse formador; e, ainda, c) traçar considerações sobre o processo educativo, como conhecimento teórico-prático relacionado aos saberes, ou seja, o ponto de vista epistemológico.



2 Reflexões sobre a educação e o/a educador/a

Para Freire (2005), “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens [e as mulheres] se educam entre si mediatizados pelo mundo”. Nesta direção, deve-se compreender que a educação é um processo onde duas figuras são essenciais: educando e educador, compreendendo as relações entre discentes e docentes, pautando-se em elementos como a democracia e compreensão.

Assim, a educação “tem objeto próprio e eterno, dentro do desafio humano de garantir para as novas gerações oportunidades aprimoradas. Não se trata de reproduzir culturas, mas de recriar gente nova” (DEMO, 2004, p. 25). A Educação deve contribuir na formação de sujeitos críticos, capazes de interferir e transformar, pelo menos, o meio onde atuam.

Neste sentido, a seguinte questão se impõe: A educação tem sido este mecanismo de recriação ou de reprodução de valores? Na tentativa de buscar respostas a esta questão, procura-se resgatar o debate que concebe educar como prática da liberdade.

Segundo Freire (2005 p. 89), há duas perspectivas: a ação antidualógica e a ação dialógica. A ação antidialógica se efetiva com os princípios da conquista, dividir para manter a opressão, manipulação e invasão cultural. Na ação antidialógica, a conquista como primeiro elemento, implica uma relação dominador x dominado. Esta se efetiva com variáveis que oscilam entre ações repressoras e drásticas ou brandas, clientelistas, ‘amigáveis’. Outro caminho necessário para a dominação é a divisão. Manter as massas reunidas pode gerar conflitos que os opressores não conseguiram controlar. Para isso disseminam ideias localistas sob a realidade, excluindo a possibilidade e apreender o a dimensão da totalidade. A manipulação subtrai das massas a sua capacidade de problematizar a sua realidade. A educação se insere neste ponto, podendo ser um instrumento a serviço dos opressores para manter o controle dos dominados. Por último, a invasão cultural proporciona condicionar os indivíduos a uma determinada visão de mundo, exaurindo suas potencialidades criativas na tentativa de modelar os indivíduos.

Já a ação dialógica vem contrapor esse modelo que se objetiva na dominação, na relação opressor x oprimido. Aponta como elementos necessários a co-laboração, a união, a organização e a síntese cultural. Na perspectiva de co-laboração, juntos os sujeitos são protagonistas da transformação do mundo. Assim, “não há, portanto, na teoria dialógica da ação, um sujeito que domina pela conquista e um objeto dominado. Em lugar disto, há sujeitos que se encontram para a pronúncia do mundo, para a sua transformação” (FREIRE 2005, p. 192). Para contrariar a ideia de divisão dos oprimidos, indicando que a união destes é uma das principais armas contra a dominação. A organização das massas se contrapõe a manipulação, no entanto Freire adverte, “na teoria dialógica da ação, a organização jamais será a justaposição de indivíduos que gregarizados, se relacionam mecanicistamente”. E por último propõe a síntese cultural contrapondo a invasão cultural. Para esta, indica que dialeticamente (permanência/mudança) devem-se superar estes antagonismos na busca pela total libertação dos indivíduos.

Acrescenta ainda,

Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e os homens. Não é possível a pronúncia do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que a infunda. Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo. Dá que



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

seja essencialmente tarefa de sujeitos e que não possa verificar-se na relação de dominação. (FREIRE, 2005 p. 91 – 92)

Neste sentido, entende-se que o “conhecimento não se transmite, repassa ou reproduz, mas se constrói” (DEMO, 2004 p. 57), e recuperar as mediações existentes na relação docente-sociedade-escola constitui campo fértil para aceitação do novo e rejeição de qualquer forma de preconceito.

Nessa perspectiva o professor exerce um papel extremamente importante, podendo reproduzir algo já socialmente determinado como também pode buscar novas formas de encarar determinada situação no combate a todas as formas de opressão. Freire (1996), afirma que: “Ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo” e “ensinar exige reconhecer que a educação é ideológica”. É extremamente relevante resgatar essas duas afirmações. A educação é uma forma de interferir na realidade, implica necessariamente reprodução ou desmascaramento da ideologia dominante. Não há educação neutra e não há apenas uma educação que reproduz como também não há apenas uma educação que desmascara qual a ideologia dominante. Logo, há necessidade de amplo debate entre professores/as buscando o reconhecimento dessa dimensão. No combate a opressão os docentes poderão ter um papel relevante ao instigar e propor novas práticas.

Nesta direção Demo acrescenta,

Educar é claramente também saber influenciar. Os pais influenciam fortemente seus filhos, mas os formam para enfrentar a vida com autonomia [...] A construção da autonomia humana não se faz sem dependências, mas essas não precisam predominar desde que se estabeleçam relações emancipatórias. Está na própria biologia: todo ser vivo é gestado para a autonomia – no início, ele recebe cuidados dos progenitores, mas, com o tempo, cada qual precisa tomar seu rumo [...] Existe, pois, influência libertadora [...] voltada para a construção da autonomia do sujeito e que implica professor de estilo orientador, motivador, desafiador... (2004 p. 60)

Além disso, a LDB – Lei de Diretrizes e Bases, que regulamenta a Educação brasileira, no Artigo 3º expõe como princípios: “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” e “respeito à liberdade e apreço a tolerância”. Como estes dois princípios contidos na LDB estão se materializando no cotidiano do ambiente escolar?

3 Preconceito de gênero no âmbito escolar

O preconceito gerado pelas desigualdades de gênero encontra terreno fértil na vida escolar. Nesta fase a socialização dos indivíduos está aflorada com descobertas e possibilidades de novos olhares. Entende-se que o conceito de “gênero” compreende-se a construção social do sexo anatômico, distinguindo a dimensão biológica da dimensão social. A maneira de ser homem e de ser mulher é cultural, é produto da realidade social e não decorrência exclusivamente da anatomia de seus corpos.

A família e a escola exercem um papel fundamental no processo de socialização, podendo ser um instrumento contra ou a favor da discriminação. Os educadores e educadoras tem a possibilidade de reforçar ou atenuar os preconceitos e estereótipos de gênero. Majoritariamente nestes processos há um reforço de uma cultura patriarcal, machista, sexista e heteronormativa que cria uma hierarquia entre os gêneros. Desde a infância os meninos são criados bem diferentes das meninas. Aos meninos são incentivadas brincadeiras mais



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

agressivas, independência, autonomia, desprezo aos sentimentos, etc. Para as meninas são incentivadas as brincadeiras relacionadas ao cuidado, a dependência, delicadeza, que elas se resguardem, etc. Esses modelos normalizaram-se e todos os comportamentos desviantes podem ser alvo de preconceito. As meninas e os meninos que não se comportam como os ditos “normais”, podem sofrer consequências como discriminação, violência física e mental, motivadas por uma educação que não discute a “diversidade e a unidade do ser humano” (MORIN, 2001).

Sendo assim, neste percurso, a questão de gênero interfere na organização dos espaços públicos, no mercado de trabalho, participação política, etc. A discriminação de gênero se agrava quando incorpora outras dimensões como a de classe e étnico-racial, deixando suas marcas por toda a vida dos sujeitos. Esta afirmação nos remete a compreender que a discriminação vivenciada por uma mulher rica se manifesta de forma distinta quando vivenciada por uma mulher pobre. Implica também afirma que uma mulher rica pode nutrir uma relação de opressão com uma mulher pobre. Logo, pressupõe-se que além de compreender a categoria gênero, deve-se levar em consideração que a classe social interfere de maneira significativa nas relações de gêneros, e dessa forma também caracterizando como uma relação de opressão. A situação de pobreza e discriminação racial acrescentada ao gênero exacerba a relação de dominação. Os/as negros/as historicamente sofrem discriminação objetivas, quando essas estabelecem relações de ódio, violência física ou psicológica e simbólica, perpassando pela negação de características relacionadas a negritude, entre elas a física. Essas três formas de discriminação contribuem para a manutenção da produção e reprodução de determinados valores que normatizam a vida social.

Prado assinala que

A lógica da superiorização e da inferiorização dos grupos sociais se traduz em um conjunto de práticas sociais capaz de inserir pública e socialmente determinadas categorias sociais de formas subalternas em nossas sociedades. (2008 p.11)

A hierarquização dos gêneros se manifesta por meio da violência que possui várias facetas, passando pela violência doméstica a homofobia/lesbofobia. Além disso, a inferiorização dessas minorias supõe que estas sejam tratadas como problemas privados e com o estigma da individualização. O preconceito é um instrumento necessário para a organização das hierarquias, de modo que dão legitimidade ao processo de inferiorização de determinados grupos. O preconceito atua ocultando a realidade com o objetivo de impedir que se possa descobrir os bases da inferiorização destes. A medida que alguns grupos são inferiorizados, há um reforço da superioridade de seu oposto. Nesta direção são naturalizados os antagonismos de classe, as desigualdades de gênero e étnico-racial. As relações de opressão e subordinação aparecem como necessárias para a manutenção da ordem social, impedindo que sejam alvo de problematização e questionamento.

Ao tornar público as manifestações de discriminação, os grupos sociais que sofrem com a violência de gênero colocam em xeque o imaginário pejorativo que creditavam a eles. Assumem posturas reivindicatórias, lutam por igualdade de direitos e oportunidades. Nesta direção, o debate e as formas de inserção das homossexualidades na vida política e pública acenam para peculiaridades advindas do próprio processo de formação da sociedade brasileira, bem como das lógicas de modernização impetradas na realidade nacional. Só com a



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

salto do âmbito privado para o público, com as lutas e organização dessas minorias, que o Estado brasileiro começa a dar respostas.

Alvo de inúmeras reivindicações dos movimentos LGBT e movimentos feministas, a educação começa a ser encarada como instrumento que possibilitaria a problematização do preconceito e da discriminação. Em 2004 foi lançado pelo Governo Federal o Programa Brasil Sem Homofobia com o objetivo de promover a cidadania das/dos cidadãs/os LGBT. Além disso, visa promover ações que possibilitem discutir a diversidade sexual nas escolas. Um dos desdobramentos deste plano foi o Programa do Ministério da Educação “Gênero e Diversidade na Escola”. O Programa Educação em Direitos Humanos também possui eixos voltados para a discriminação de Gênero e Orientação Sexual. Essas ações são frutos da politização do debate de gênero onde os movimentos sociais desempenharam um papel protagonista.

O debate em torno da opressão e intolerância no âmbito escolar não pode ser desconectado da perspectiva de totalidade. Esta nos direciona a entender que a escola está inserida em uma sociedade que reproduz em seu cotidiano práticas e valores discriminatórios. Com esses indicativos vale ressaltar a importância da perspectiva dialética para compreender essa afirmação e concomitantemente problematizar como a perspectiva de igualdade vem se manifestando no interior da escola.

É necessário reforçar que a educação deve centrar-se no entendimento da condição humana. Ou seja, “reconhecer-se em sua humanidade comum e ao mesmo tempo reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo que é humano” (MORIN, 2001 p. 47). O entendimento desta condição humana suporta compreensão daquilo que nos unifica enquanto seres dotados de uma imensa diversidade. Por isso, “cabe à educação do futuro cuidar para que a ideia de unidade da espécie humana não apague a ideia de diversidade e da sua diversidade não apague a da unidade [...] compreender o humano é compreender sua unidade na diversidade, sua diversidade na unidade” (MORIN, 2001 p.55).

Assim, coloca-se em foco a importância do debate entre unidade e diversidade, com o cuidado de não permitir que um aspecto se sobreponha ao outro. Isto é, a “educação do futuro” deve conciliar esses dois aspectos, inserindo na formação inicial e continuada de professores essa perspectiva.

Morin (2001) ainda aponta, “o problema da compreensão tornou-se crucial para os humanos [...] por esse motivo deve ser uma das finalidades da educação do futuro” (p.93). Entende-se que não há possibilidade de combate ao preconceito se não há compreensão. É nesse momento que a educação deve ter como centro a liberdade, o respeito e a tolerância. É necessário ressaltar que numa sociedade dividida em classes, estes elementos são opostos se levarmos em consideração quais valores são reproduzidos no interior da mesma. A educação com foco na libertação e no entendimento da totalidade da existência humana tem que se direcionar necessariamente na tentativa de superação do modo de sociabilidade que oprime e explora homens e mulheres. Retoma-se que “compreender inclui, necessariamente, um processo de empatia, de identificação [...] a compreensão pede abertura, simpatia e generosidade” (p.95). Não há respeito às diversidades se não houver compreensão, tolerância.

Nas palavras de Morin,



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

Há quatro graus de tolerância: o primeiro, expresso por Voltaire, obriga-nos a respeitar o direito de proferir um propósito que nos parece ignóbil, trata-se de evitar que se imponha nossa concepção de ignóbil a fim de proibir uma fala. O segundo grau é inseparável da opção democrática: à essência da democracia é se nutrir de opiniões diversas e antagônicas; assim, o princípio democrático conclama cada um a respeitar a expressão de ideias antagônicas às suas. O terceiro grau obedece à concepção de Niels Bohr, para quem o contrário de uma ideia profunda é uma outra ideia profunda; dito de outra maneira, há uma verdade na ideia antagônica a nossa, e é esta verdade é preciso respeitar. O quarto grau vem da consciência das possessões humanas pelos mitos, ideologias, ideias ou deuses, assim como da consciência das derivas que levam os indivíduos bem mais longe, a lugar diferente daquele onde querer ir. A tolerância vale, com certeza, para as ideias, não para os insultos, agressões ou atos homicidas. (Grifo nosso) (2001 p.102)

Assim, acredita-se na hipótese de que a compreensão não pode ser algo forjado, deve ser instrumento de promoção da igualdade, potencializado no cotidiano. A educação tem uma enorme contribuição, tanto para reproduzir quanto para libertar os homens e mulheres. Compreender pode significar ao mesmo tempo, o meio e o fim da possibilidade de comunicação entre seres humanos (em todos os níveis e idades), contribuindo para a reforma das mentes no planeta, tarefa a cargo de uma proposta para a educação do futuro.

Assim sendo, coloca-se em pauta o processo educativo-pedagógico da formação do professor, voltada para os seguintes aspectos, interligados: deve ser concebida no contexto da pedagogia do professor, levando em consideração sua percepção do mundo (entendimento da relação todo/partes), articulando e organizando os conhecimentos (interdisciplinaridade), reconhecendo e conhecendo os problemas do mundo (crítica/autocrítica) e, ainda, deve fazer parte da vida social e humana (é necessária a reforma do pensamento).

Neste sentido, a educação é um fenômeno social, inserida em esferas mais abrangentes da sociedade. Para cumprir este papel, faz-se necessário apontar e importância de compreender a função do educador na formação de cidadãos e cidadãs. FREIRE (1996) afirma que “não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro”.

Assim, sustenta-se a ideia da existência de sete saberes necessários à educação do futuro, ou seja:

Há sete saberes “fundamentais” que a educação do futuro deveria tratar em toda sociedade e em toda cultura, sem exclusividade nem rejeição, segundo modelos e regras próprias a cada sociedade e a cada cultura. (MORIN, 2001, p.13)

Esses saberes, relacionando-os com a nossa proposta de pesquisa, verifica-se refletir sobre a formação continuada de professores, principalmente no que diz respeito a possibilidade de ensinar a identidade terrena. Aqui, Morin nos remete a ampla reflexão que deve ser feita em torno das questões presentes no planeta em que vivemos. O homem deve reconhecer sua identidade terrena sem, contudo, ocultar as opressões e a dominação que sempre estiveram presentes na sua história.

Para o professor, o reconhecimento e conhecimento de sua identidade no planeta, podem estar relacionados, as crenças e valores deste profissional, ou seja, ele deve se preparar para o



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

desenvolvimento de ações e resolução de problemas com base em parâmetros relevantes da realidade social, política, econômica e cultural, cultivando a elevação das condições de vida em sociedade; e, ainda, deve estar pronto para assimilar criticamente novos conceitos e padrões de comportamento.

O ensino da condição humana deveria ser essencial no processo de educação e formação do ser e, neste sentido acrescenta:

[...] reconhecer a unidade e a complexidade humanas, reunindo e organizando conhecimentos dispersos nas ciências da natureza, nas ciências humanas, na literatura e na filosofia, pondo em evidência o elo indissolúvel entre a unidade e a diversidade de tudo que é humano. (MORIN, 2001, p.15)

Além disso, deve-se estar preparado para enfrentamento das incertezas que surgem na ciência ao longo dos tempos, ou seja, a ciência tem nos ajudado a adquirir muitas certezas, e estas, é que vem revelando ao longo do século, algumas incertezas.

Para o professor, acredita-se que este deva adquirir princípios de estratégias, e estas devem auxiliá-lo no enfrentamento dos imprevistos, isto é, do inesperado e do incerto que estão presentes na sua vida profissional, colocando-o em um constante processo de transformação.

Morin destaca a importância da educação para a compreensão, em todos os patamares educativos e, em todas as idades, encaminhando para a reforma do pensamento.

No processo de educação e formação dos professores esta compreensão passa pela criação de condições para que eles possam enfrentar novas situações e serem capazes de organizar suas experiências por meio da criação de novas ações e explicações, ou seja, estimular o desenvolvimento da capacidade de enfrentamento do preconceito de gênero que vem se manifestando nas escolas atualmente.

Para compreendermos como a escola se torna um terreno fértil para a reprodução dos valores que corroboram para a discriminação de gênero é necessário entender como o professor/a pode fomentar ou esvaziar condutas discriminatórias, tanto se posicionando ou ignorando fatos do cotidiano escolar.

Também propomos uma análise do educador inserido em uma dimensão de totalidade, interligando discussões que ultrapassam o ambiente escolar, levando em consideração que a escola tem sido um mecanismo de reprodução de normas e ideologias dominantes em toda a estrutura social.

Pretende-se dinamizar o debate, entendendo que este movimento de discutir e pesquisar sobre a importância do papel das professoras e dos professores no enfrentamento ao preconceito e discriminação de gênero nas escolas já tem sido alvo de envolvimento de diversas esferas estatais que a cada dia atentam para essa problemática, buscando fomentar a formação continuadas dos docentes.

Essas ações governamentais, mais explicitamente os programas “Brasil sem Homofobia” e “Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-raciais na escola” são exemplos concretos que a discriminação e o preconceito de gênero deve ser combatido em toda a sociedade e que a educação constitui-se em instrumento primordial de combate as opressões. A negação do



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

preconceito desde a fase escolar implica também formar o professor para ter plenas condições de proporcionar o debate em salas de aula e demais espaços escolares.

Cabe ressaltar, que esses programas ainda pouco implementados pelos governos são frutos de uma longa trajetória de reivindicações dos movimentos Negro, LGBT (Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais) e Feminista. Algumas ações só foram pensadas a partir das conferências nacionais que propunham medidas para enfrentar a discriminação e violência que as minorias sofrem no cotidiano.

Segundo Prado (2008, p.83-84) “esses novos eixos de radicalização dos princípios de igualdade e liberdade só foram conquistados por meio da militância que se organizou em torno das demandas deste segmento e que aos poucos foi politizando novos espaços da vida social [...]”.

4 Conclusões

Feitas as considerações, é necessário salientar a importância do professor no cumprimento de um dos princípios contidos na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, entre eles, “respeito a liberdade e apreço a tolerância”, investigando-se sua manifestação no interior da escola.

Pela orientação Freiriana do “diálogo como prática de liberdade” salienta-se a necessidade de demarcação do papel do educador em fomentar diálogo, entendendo este como um mecanismo de combate às opressões.

Ressalta-se a importância de se fomentar este debate, ou seja, no debate da condição humana deveria ser essencial no processo de educação e formação do professor, encaminhando-o para reconhecimento e conhecimento de sua identidade planetária, “pondo em evidência o elo indissolúvel entre a unidade e a diversidade de tudo que é humano” (MORIN, 2011, p.15).

Além disso, no sentido de preparar o educador para o enfrentamento das incertezas que emergem deste processo que surgem na ciência, cuprem papel importante na aquisição de estratégias, e estas devem auxiliá-lo no enfrentamento dos imprevistos, isto é, do inesperado e do incerto que estão presentes na sua vida profissional, colocando-o em um constante processo de transformação.

Para Freire (2005, p.90), “existir humanamente é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”.

Cabe parafrasear Rosa Luxemburgo com sua célebre frase “por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”, provocando no leitor da presente proposta um início de reflexão sobre esta temática.

Esta pesquisa ainda está em fase de revisão literária, sendo contemplada pelo programa de iniciação científica do CNPq. Com a término do levantamento de dados e análise dos mesmos, objetiva-se elaborar uma cartilha sobre a temática e contribuir no enfrentamento ao



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

preconceito de gênero no âmbito escolar. Além disso poderá se desdobrar em ações futuras de extensão universitária como formação continuada em relações de gênero.

5 Referências Bibliográficas

AGUIAR, Márcio Mucedula. *A construção das hierarquias sociais: classe, raça, gênero e etnicidade*. Cadernos de Pesquisado CDHIS, n. 36/37, p. 83-88 – 2007.

BORTOLINE, Alexandre. *Diversidade Sexual na Escola*. 2º Edição. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996.

DEMO, Pedro. *Sociologia da Educação: sociedade e suas oportunidades*. Brasília: Plano Editora, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura)

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de Conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

MARSIAJ, Juan Pereira. *Gays ricos e bichas pobres: desenvolvimento, desigualdade socioeconômica e homossexualidade no Brasil*. Cadernos AEL, v.10, n°18/19, 2003.

MORIN, Edgar. *Os Sete saberes necessários à educação do futuro*. Tradução Catarina Silva e Jeanne Sawaya. 4ª Edição. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. *Preconceito contra homossexualidades: A hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2008.